

1 **Ata 05/2026** – Aos três dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e seis, às oito
2 horas e trinta minutos, na sala dos Conselhos do Campus da Unioeste, localizada no
3 Bloco B1, 1º andar, sita na Rua Guaíra, nº 3141, Jardim Santa Maria, em Toledo-Paraná,
4 reuniram-se os membros do **Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS)**, de
5 forma presencial, para realização da **Reunião Ordinária**, contando com a presença
6 dos/as conselheiros/as da Gestão 2026-2028 descritos na lista de presença que é parte
7 integrante desta ata. Dando início à reunião a Presidente deste Conselho, Sra. Thais
8 Aguiane Veiga Jiano Guintalia cumprimenta e agradece a presença de todos e já
9 apresenta para apreciação dos presentes a pauta nos termos do Edital de Convocação nº
10 08/2026, publicado no Diário Oficial Eletrônico do Município de Toledo, no dia 27 de maio
11 do ano de dois mil e vinte e seis, Edição 4.764, Página 25, contendo os seguintes pontos
12 de **PAUTA: a)** Deliberar sobre a ata nº 04/2026 do CMAS; **b)** Apresentação de Relatório
13 Quadrimestral de Atendimentos referente ao 1º quadrimestre de 2026; **c)** Apresentação de
14 Relatório de Ações realizadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social; **d)** Relatos
15 e Deliberações das Comissões de Trabalho do CMAS: Comissão Técnica; Comissão de
16 fiscalização; Comissão de Orçamento; Comissão de Acompanhamento da Deliberações
17 da Conferência Municipal de Assistência Social; **e)** Deliberar sobre novas indicações de
18 representantes do CMAS para comissões e representações externas: COMSEA –
19 Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional; NEP/SUAS – Núcleo de
20 Educação Permanente; Comissão Intersectorial de Convivência Familiar e Comunitária do
21 CMDCA; Comissão de Benefícios Eventuais; Bolsa Agente de Cidadania.. **INFORMES: a)**
22 Informes da SMAS; **b)** Relatos das Comissões externas e representações; **c)**
23 Correspondências recebidas e expedidas; **c)** Outros informes. Antes de levar a pauta para
24 votação, Thais informa sobre a solicitação de inversão na ordem dos pontos da pauta,
25 onde o **item “c” seja incluído como item “e” da pauta**, considerando que a Secretária
26 da SMAS justificou seu atraso para participação no início desta reunião, em razão de outra
27 agenda. Dando sequência, a Presidente Thaís coloca a pauta com as citadas alterações
28 em votação, com a aprovação dos presentes. Iniciando com o **Item A da pauta -**
29 **Deliberar sobre a ata nº 04/2026 do CMAS**, a Presidente Thaís pergunta se houve
30 apontamentos ao teor da referida ata, que foi enviada previamente aos conselheiros, ao
31 que a Secretária do CMAS Ana Maria Krolow informa não ter recebido qualquer pedido de
32 alteração, sendo colocada em votação e aprovada pelos conselheiros. Dando sequência,
33 a Presidente Thais abre espaço para a Diretora do Departamento de Vigilância
34 Socioassistencial da SMAS, Rachel Lucia Hech, para apresentar o **Item B da pauta -**
35 **Apresentação de Relatório Quadrimestral de Atendimentos referente ao 1º**

36 **quadrimestre de 2026.** Rachel inicia sua fala e, considerando que há novos membros
37 neste Conselho, ela considera importante esclarecer que a apresentação do relatório
38 segue uma orientação do CMAS em razão que antigamente quando da apresentação do
39 relatório havia a solicitação de que numa próxima apresentação fossem incluídos outros
40 itens. Sendo assim, de forma a padronizar a apresentação o Departamento de Vigilância
41 Socioassistencial solicitou que os conselheiros do CMAS da época definissem quais itens
42 gostariam que constasse e deliberou-se pela aprovação através de uma resolução na qual
43 ficou aprovado que o relatório de atendimentos deveria ser apresentado
44 quadrimestralmente, conforme ela passa a apresentar. Rachel inicia a apresentação
45 informando que o relatório se refere aos meses de janeiro, fevereiro, março e abril de 2026
46 e passa a apresentar os números do Serviço de Convivência e Fortalecimento de
47 Vínculos, demonstrando num gráfico todos os serviços governamentais de crianças,
48 adolescentes e idosos, que em comparação com os relatórios do ano passado teve uma
49 alteração no que se refere à execução do serviço de convivência no CEJU Europa, visto
50 que havia uma demanda alta nos CRAS Europa, Pioneiro e Santa Clara IV no ano de
51 2025, foi criado mais um grupo do serviço de convivência para adolescentes no CEJU
52 Europa. Rachel informa que esse grupo permaneceu ativo o ano todo em 2025, porém em
53 virtude que o CRAS Europa estava com uma demanda muito baixa, o atendimento no
54 CEJU Europa foi encerrado e todos os adolescentes foram para o CRAS Europa. Com
55 relação ao número de atendidos no quadrimestre em cada unidade que atende o
56 Projovem, o maior número de atendidos no CRAS I foi 25 nos meses de janeiro a março,
57 lembrando que no mês de janeiro não há atividades de SCFV e esses números se referem
58 aos já inseridos e rematrículas. No CRAS II o maior número foi 25 no mês de abril; CRAS
59 III foi de 22 ativos no mês de fevereiro; CRAS IV foi de 44 no mês de março; CRAS V foi
60 de 29 em março. O Florir Toledo o maior número de ativos foi 70 no mês de março, o
61 NACA foi 76 em também em março; Unidade Social São Francisco o maior número foi 168
62 em fevereiro e 80 na Unidade Social Coopagro no mês de março. Com referência aos
63 CERTIs, o mês com maior número de atendidos no CERTI Pioneiro foi de 462 no mês de
64 março e 439 atendidos também no mês de março no CERTI Coopagro. Com referência
65 aos serviços das unidades não governamentais, no 1º quadrimestre na Ação Social São
66 Vicente de Paula o mês com maior número foi em março com 311 atendidos; a Casa de
67 Maria, o maior número de atendidos foi de 441 no mês de fevereiro; a Creche Ledi Maas o
68 maior número foi de 62 atendidos em fevereiro e a Aldeia Infantil Betesda o maior número
69 foi 102 no mês de fevereiro. Falando das inserções mensais nos serviços de convivência a
70 Diretora Rachel informa que todas as unidades tiveram inserções, sendo a unidade com

71 maior número de inserções a Unidade Social São Francisco, seguida pelo Florir Toledo.
72 Nas unidades não governamentais o mês com maior número de inserções na Ação Social
73 São Vicente de Paulo foi no mês de março com 33 inseridos; a Casa de Maria no mês de
74 fevereiro com 41 inseridos; a Creche Ledi Maas no mês de fevereiro com 28 inseridos e a
75 Aldeia Infantil Betesda no mês de fevereiro com 23 inseridos.. Com referência aos
76 números de desligados, Rachel observa uma constância entre entradas e saídas,
77 destacando que NACA e Unidade Social São Francisco que tiveram o maior número de
78 inserções são também as unidades que tiveram maior número de desligamentos, sendo
79 18 em fevereiro e março no NACA e 26 em fevereiro e 18 em março na Unidade Social
80 São Francisco. Nas unidades não governamentais, o maior número de desligamentos foi
81 na Ação Social com 40 no mês de março; a Casa de Maria teve 41 desligamentos no mês
82 de fevereiro; a Creche Ledi Maas teve 11 desligamentos em fevereiro e 11 em março e a
83 Aldeia Infantil Betesda teve 03 em cada mês do quadrimestre. Com relação à demanda
84 reprimida nos serviços de convivência Rachel informa apenas as unidades que tiveram
85 esse registro, o NACA apresentou 2 em fevereiro e 6 nos meses de março e abril; o Florir
86 Toledo registrou 15 em janeiro, 17 em fevereiro, 25 em março e 29 em abril; a Unidade
87 Social São Francisco registrou 60 em janeiro, 56 em fevereiro, 70 em março e 75 em abril;
88 o CERTI Coopagro embora não esteja em sua capacidade máxima, há registro de
89 demanda reprimida uma vez que os interessados aguardam o fluxo para serem inseridos,
90 passando por atendimento médico devido às atividades físicas e atendimentos com a
91 Assistente Social e Psicóloga e, de forma a haver um acompanhamento, se deu início ao
92 registro dessa demanda reprimida, que em março havia 10 idosos e no mês de abril havia
93 26 idosos. Quanto ao CERTI Pioneiro neste relatório não há registro uma vez que
94 somente passaram a inserir no sistema somente após reunião com aquele serviço, sendo
95 que para o próximo relatório já deverá constar demanda reprimida do CERTI Pioneiro
96 também. Na Ação Social o maior número de demanda reprimida foi 25 no mês de
97 fevereiro, 9 em março e 12 em abril e a Casa de Maria registrou somente 5 em abril. Num
98 aparte, a conselheira Maria Inês Mânica observa que há um grande número de
99 desligamento, que em seu entendimento se dá pela migração das famílias de um bairro a
100 outro em virtude de buscar um aluguel mais acessível ou mesmo um novo emprego. Ela
101 observa também os números de demanda reprimida que, embora a capacidade total não
102 esteja completa, pode ser explicada pela maior procura dentro de uma determinada faixa
103 etária ou dentro de um turno, o que se verifica pela preferência das famílias em matricular
104 seus filhos no turno matutino, razão pela qual a demanda reprimida se constata ser no
105 turno vespertino. Participando também dos diálogos, a conselheira Jaqueline Fernanda

106 Machado comenta que enquanto servidora do CREAS II surge uma constatação que na
107 maior parte dos encaminhamentos os CREAS fazem para os serviços governamentais,
108 sendo sua sugestão que se estabeleça um fluxo de encaminhamentos também para os
109 serviços não governamentais que em muitos casos podem ser mais apropriados para a
110 permanência das crianças ou adolescentes por serem mais próximos de seu domicílio.
111 Reforçando o apontamento da conselheira Fernanda, Maria Inês registra que há pouca
112 referência dos CRAS e CREAS nos encaminhamentos para os SCFV das unidades não
113 governamentais, ressaltando que em muitos casos o encaminhamento é feito e a família
114 não adere ou sequer agenda um atendimento no serviço. Nessa questão a Diretora
115 Rachel informa ser este tema também ponto de pauta do CMDCA visto que as unidades
116 vem apontando que a rede não está fazendo referência para inserção, o que resultou
117 numa reunião do Departamento de Vigilância Socioassistencial com os serviços da ficha
118 SISC onde foi explicado sobre metas e como atender a família na completude, buscando
119 sua inserção no Cadastro Único devido a demanda, mesmo que a renda seja superior,
120 estando previsto realizar uma reunião também com servidores dos CREAS para um
121 alinhamento de forma a chegar mais próximo à capacidade máxima de atendimento de
122 cada serviço. Retomando a apresentação, a Diretora Rachel passa a apresentar os
123 números registrados nos atendimentos da Proteção Social Básica do 1º quadrimestre de
124 2026, observando que os números se referem aos atendimentos particularizados de cada
125 CRAS, que se refere a todos os atendimentos realizados tanto pelo Assistente
126 Administrativo ou pelo Assistente de Desenvolvimento Social, ou pelo Coordenador,
127 Psicólogo ou Assistente Social que faz alguma intervenção com o usuário. Apresentando
128 os números totais registrados pelas seis unidades de CRAS no 1º quadrimestre, o CRAS I
129 registrou 7.184 atendimentos; o CRAS II registrou 5.109 atendimentos; o CRAS III
130 registrou 6.985 atendimentos; o CRAS IV registrou 5.850 atendimentos; o CRAS V
131 registrou 3.415 atendimentos e o CRAS VI registrou 2.546 atendimentos, totalizando
132 31.089 atendimentos particularizados no 1º quadrimestre de 2026. Seguindo a
133 apresentação, a Diretora Rachel passa a demonstrar os números totais relativos às
134 entrevistas de Cadastro Único realizadas tanto para cadastros novos quanto para
135 atualização, sendo os seguintes os números totais registrados no 1º quadrimestre: no
136 CRAS I Pioneiro 677 entrevistas; no CRAS II Europa 540 entrevistas; no CRAS III
137 Coopagro 792 entrevistas; CRAS IV Panorama 522 entrevistas; no CRAS V Santa Clara
138 315 entrevistas; no CRAS VI Itinerante 209 entrevistas; CREAS II 34 entrevistas para
139 atendimento especificamente de pessoas em situação de rua; Secretaria de Assistência 10
140 entrevistas e Casa de Passagem 09 entrevistas, totalizando 3.108 entrevistas no

141 quadrimestre. Rachel informa que no mês de maio se registrou 41.000 pessoas e 18.000
142 no Cadastro Único no Município de Toledo. Falando sobre demanda reprimida de
143 Cadastro Único, Rachel ressalta ser uma demanda de entrevistas.e, considerando que a
144 capacidade de atendimento mensal é de 800 a 900 entrevistas, cabe lembrar que esse
145 número só será atingido se os usuários agendados comparecerem, sendo que não
146 comparecendo eles são desligados mas é direito que solicitem novo agendamento. Feita
147 essa explicação, Rachel informa os números de demandas de entrevistas, sendo que os
148 maiores números de entrevistas a realizar no quadrimestre em cada CRAS foram os
149 seguintes: CRAS I 171 no mês de março; CRAS II 191 no mês de abril; CRAS III 379 no
150 mês de março; CRAS IV 388 no mês de janeiro; CRAS V 68 no mês de março e CRAS VI
151 45 no mês de março. Falando dos números registrados especialmente nos CRAS III
152 Coopagro e CRAS IV Panorama, Rachel observa que mesmo sendo os CRAS com maior
153 número de entrevistas feitas, mesmo assim são os CRAS com maior demanda, tendo
154 havido mutirões de entrevistas visando reduzir esse número. Em continuidade à
155 apresentação, a Diretora Rachel passa a apresentar os atendimentos da Proteção Básica
156 no domicílio – PCD e Idoso, executados por três unidades, sendo a APAE para PCDs e
157 duas unidades de CERTIs para idosos. A APAE que tem uma capacidade de 60
158 atendimentos, teve o maior número no mês de janeiro com 63 atendidos. Os CERTIs com
159 uma capacidade de 10 em cada unidade apresentaram os seguintes registros: O CERTI
160 Pioneiro o maior número foi 13 atendidos no mês de março e o CERTI Coopagro 7
161 atendidos no mês de abril. Na Proteção Social de Média Complexidade pelas equipes dos
162 CREAS, a Diretora Rachel informa que os números de atendimentos, assim como nos
163 CRAS, se referem a atendimentos particularizados, sendo que no 1º quadrimestre no
164 CREAS I foi de 2.575 atendimentos e no CREAS II foi de 5.677 atendimentos, lembrando
165 que o quantitativo maior do CREAS II decorre da vinculação ao CREAS II da equipe do
166 Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS), totalizando os atendimentos dos
167 dois CREAS no 1º quadrimestre em 8.252 atendimentos. Se referindo à equipe do Serviço
168 Especializado em Abordagem Social, que fica dentro do CREAS II, que presta
169 atendimentos às pessoas em situação de rua (PSR), o número de pessoas diferentes
170 abordadas em cada mês, em janeiro foram 126 pessoas diferentes; 134 em fevereiro; 172
171 em março e 155 em abril. Com base nesses números de pessoas diferentes, os números
172 de abordagens realizadas foram os seguintes: 308 em janeiro, 588 em fevereiro, 494 em
173 março e 421 em abril, totalizando 1.811 abordagens realizadas no 1º quadrimestre de
174 2026. Com relação à Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos e
175 suas Famílias – PEDIF, realizados na APAE e nos CREAS I e II, seguindo a capacidade de

176 referência de 20 da APAE, em janeiro foi registrado 21 atendimentos e nos demais meses
177 foi de 20 atendimentos. Pelo CREAS I houve o registro de 01 usuário em atendimento pelo
178 PEDIF em todos os meses e pelo CREAS II foram atendidos 07 de janeiro, 06 em
179 fevereiro e 05 em março e abril. Seguindo a apresentação a Diretora passa aos números
180 de usuários ativos por serviço dos CREAS I e II, sendo que no PAEFI Criança o total foi de
181 337 atendidos em janeiro, 318 no mês de fevereiro, 335 em março e 332 em abril. No
182 PAEFI Pessoa Idosa o total foi 114 atendidos em janeiro, 109 no mês de fevereiro, 108 em
183 março e 102 em abril. No atendimento de Pessoa com Deficiência nos CREAS I e II o total
184 no quadrimestre foi de 19 em janeiro e 18 nos meses de fevereiro, março e abril. No
185 atendimento a adolescentes em Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à
186 Comunidade (PSC), nos CREAS I e II o total no 1º quadrimestre foi de 51 em janeiro e
187 fevereiro, 60 em março e 63 em abril. O atendimento a usuários ativos no PAEFI
188 Mulher/LGBTQI+ nos CREAS I e II o total foi 88 em janeiro, 95 em fevereiro, 100 em
189 março e 97 em abril. Falando sobre demanda reprimida por serviço, Rachel informa que
190 no PAEFI Criança não houve registro no 1º quadrimestre e para o PAEFI Idoso há
191 registros apenas de 02 nos meses de janeiro, fevereiro e março pelo CREAS I. Com
192 referência à demanda reprimida de PCD no 1º quadrimestre findou com o registro de
193 apenas 01 demanda reprimida nos meses de março e abril, não havendo registro de
194 demanda reprimida para Mulher/LGBTQIA+ e para LA/PSC. Pedindo um aparte, a
195 conselheira Jaqueline Fernando Machado, representante do segmento Trabalhadores do
196 SUAS e servidora no CREAS II, relata que a equipe do serviço Mulher/LGBTQIA+ ainda
197 recebe poucos encaminhamentos quando envolve mulheres, sendo majoritariamente
198 encaminhamentos via Poder Judiciário e por demanda espontânea e que
199 encaminhamentos da rede eventualmente recebem de CRAS ou da Saúde. Ela informa
200 também que em se tratando de encaminhamentos de LGBT os números são menores
201 ainda, sendo raros os casos de atendimento por demanda espontânea, o que em seu
202 entendimento é um serviço que precisa ter uma maior divulgação. Passando para a
203 Proteção Social de Alta Complexidade, Rachel Hech inicia apresentando os números
204 relativos aos acolhimentos também divididos em governamental, que são 04 casas abrigo
205 para crianças e adolescentes, 01 residência inclusiva para pessoas com deficiência e 01
206 casa de Passagem para pessoas em situação de rua; e não governamental. que são a APA
207 e a APAE-Residência. Apresentando os números, Rachel informa que na Casa Abrigo
208 Menino Jesus I com capacidade para 20 crianças o quadrimestre iniciou janeiro com 04
209 acolhidos mas em abril já registrava 14 acolhidos. A Casa Abrigo Menino Jesus II com
210 capacidade para 30 crianças, o mês com maior número foi no mês de março com 20

211 acolhidos. A Casa Abrigo Menino Jesus III com capacidade para 17 crianças, o maior
212 número foi de 15 acolhidos nos meses de janeiro e fevereiro. A Casa Abrigo para
213 Adolescentes com capacidade para 20 crianças teve o maior número no mês de 13
214 acolhidos no mês de janeiro. A Residência Inclusiva com capacidade para 08 pessoas,
215 sem inclusões ou desligamentos no quadrimestre, mantendo 05 acolhidos. Com relação à
216 Casa de Passagem com capacidade de atendimento para 30 usuários, teve os seguintes
217 números de acolhimentos em cada mês: 32 em janeiro, 48 em fevereiro, 31 em março e
218 19 em abril. Apresentando um quadro de Inseridos, Desligados e Demanda Excedida
219 registrados nas Casas de Acolhimento, Rachel destaca não haver demanda excedida em
220 nenhuma unidade e fazendo referência ao número de inserções registradas nas unidades
221 de acolhimento, ela informa que a Casa Abrigo Menino Jesus I foi a unidade que teve
222 maior número de inserções, com 7 inserções no mês de fevereiro, seguida pela Casa
223 Abrigo Menino Jesus II que registrou o maior número em março com 05 inserções. A
224 Casa Abrigo para Adolescentes registrou o maior número em janeiro e março com 04
225 inserções, não havendo inseridos no quadrimestre pela Casa Abrigo Menino Jesus III e
226 pela Residência Inclusiva. A Casa de Passagem registrou 10 inserções em janeiro, 12 em
227 fevereiro, 11 em março e 14 em abril. Relatando o número de desligados, os maiores
228 números foram 01 pela Casa Abrigo menino Jesus I em abril, 02 nos meses de janeiro e
229 março na Casa Abrigo Menino Jesus II; 05 no mês de fevereiro na Casa Abrigo Menino
230 Jesus III e o maior número de desligados na Casa Abrigo para Adolescentes foi 04 em
231 janeiro. Não houve desligados pela Residência Inclusiva. Já na Casa de Passagem foram
232 desligados 14 em janeiro, 12 em fevereiro e março e 16 em abril. Pedindo um aparte e
233 fazendo referência aos números da Casa de Passagem, a conselheira Maria Inês Mânica
234 pergunta qual teria sido a mudança em relação ao acolhimento de famílias e, estando
235 presente a Diretora da Proteção Social de Média Complexidade, Tatiana Stahl, a mesma
236 informa que após a reforma, o acolhimento naquela unidade ficou definido para
237 acolhimento para homens e mulheres em alas separadas. Também a conselheira Esther
238 Luiza de Souza Lemos observa que embora a capacidade de acolhimento na Casa de
239 Passagem seja de 30 pessoas, nos meses de janeiro, fevereiro e março o número de
240 atendidos foi superior e em abril caiu para 19 atendidos, ao que lhe é esclarecido que os
241 registros se referem a acolhimentos não concomitantes. Também verificando os números
242 de inseridos e desligados nesses mesmos meses, Esther percebe um alto grau de
243 desligamentos, ao que ela questiona quais seriam os motivos para esse número menor de
244 atendidos em abril. Rachel informa não ter esse extrato em relação aos motivos de
245 desligamento, no entanto, estando presente a Diretora de Gestão do SUAS, Cínthia

246 Regina Brun, informa que a Casa de Passagem, diferente das outras unidades de
247 acolhimento, é a única unidade onde o usuário, adulto, autônomo e independente, pode
248 solicitar seu desligamento, ou ser desligado pelo não cumprimento de regras e não
249 adequação aos comportamentos previstos no regimento interno. Dando sequência à
250 apresentação, Rachel Hech informa que nas Organizações da Sociedade Civil a APA tem
251 capacidade de atender 18 pessoas, os números de atendidos no 1º quadrimestre foram:
252 14 em janeiro, 16 em fevereiro e março e 18 em abril. A APAE-Residência Inclusiva com
253 capacidade para atender 02 pessoas manteve 02 atendidos no quadrimestre. Quanto aos
254 números de inserções a APA registrou 02 inseridos em fevereiro e março e 02
255 desligamento no mês de abril. Pedindo a palavra, a conselheira Martha Regina Rohr pede
256 um esclarecimento quanto às 18 metas pactuadas pelo município junto à APA, as quais
257 encontram-se todas ocupadas, e pergunta qual a providência se o Ministério Público
258 determinar um acolhimento emergencial, ao que a Diretora Cíntia informa que já houve
259 uma reunião com os dirigentes da APA para uma ampliação no número de vagas, porém a
260 entidade não abriu essa possibilidade em razão da grande fila de espera para usuários
261 particulares. Desta forma a alternativa é a contratação de entidades prestadoras desse
262 serviço, na modalidade de compra direta, com busca de pelos menos três orçamentos,
263 independente do município que estejam localizadas, o que já é feito para acolhimentos de
264 grau III, acamados ou dependentes de oxigênio. A Diretora Tatiana Stahl complementa
265 dizendo que há uma grande dificuldade de encontrar vagas nessas instituições. A
266 conselheira e representante da APA Thais Aguiane contribui informando que atualmente há
267 uma lista de espera de 120 pessoas pagantes para inserção naquela entidade. Também a
268 conselheira representante da Secretaria da Saúde, Adélia Rodrigues de Souza pergunta
269 se no âmbito do município de Toledo já se discute o serviço de acolhimento para idosos,
270 apesar da estrutura que o município tem atualmente para atendimento à pessoa idosa, ao
271 que a Diretora Cíntia informa que a necessidade existe e considera que o Poder
272 Judiciário poderá propor ou determinar que se iniciem essas articulações, lembrando ser
273 um serviço de alto custo em razão da complexidade das demandas de cada usuário.
274 Participando desse diálogo, a conselheira Esther, fazendo referência ao programa
275 estadual Bolsa Cuidador, que é bem restrito no número de atendidos, ela lembra que
276 existe a Política Nacional de Cuidados e sugere que poderia se iniciar uma articulação
277 pela política de assistência social municipal para um debate sobre essa política nacional
278 de cuidados, em razão do custo altíssimo, sabendo que a demanda só tende a aumentar,
279 lançando a ideia da criação de um grupo de estudos com essa finalidade, ao que lhe é
280 informado que já existe o Núcleo Municipal de Cuidados – NUMUC. Nesse tema a Diretora

281 Rachel comenta sobre a fala de um médico que integrou a visita da comitiva do Japão,
282 que falou sobre a saúde da pessoa idosa e a necessidade de se criar indicadores para
283 essa saúde, não devendo ser um questão apenas de atendimentos em Unidades de
284 Saúde, mas sim a mensuração do quanto o idoso consegue ser autônomo na vida diária
285 dele, e Rachel informa que o Estado do Paraná já criou esses indicadores, com a junção
286 de autonomia e questões médicas e que serão utilizados no programa Bolsa Cuidador,
287 visto que não há como avaliar apenas pela limitação em decorrência da idade, mas o que
288 a sociedade pode fazer para que aquele idoso possa ser autônomo na maior parte do seu
289 tempo. Também a conselheira Maria Inês, concordando com a preocupação da
290 conselheira Esther e lembrando que Toledo tem uma história importante na construção da
291 política pública de assistência social e que, independente de governo, o município precisa
292 pensar ações que possam ser implantadas para atendimento aos idosos em razão da
293 crescente demanda e cita o serviço denominado Centro Dia. Nessa questão, a Diretora de
294 Gestão do SUAS Cíntia relata que em reunião no Conselho Municipal da Pessoa Idosa,
295 no qual a SMAS tem representação, esse assunto tem sido discutido, havendo uma visão
296 equivocada do que é o Centro Dia, lembrando que para um idoso autônomo ficar durante
297 o dia Toledo tem os CERTIs, que são serviços de convivência onde são oferecidas
298 diversas atividades seguindo um cronograma, podendo estar lá apenas num período do
299 dia ou o dia todo. Já o Centro Dia é direcionado para um público idoso dentro da Proteção
300 Social de Média Complexidade, envolvendo também vários profissionais da Saúde, sendo
301 proposta apresentada pela sociedade nas Conferências Municipais do Idoso e da
302 Assistência Social, estando já incluído no Plano Plurianual 2026-2029 (PPA). Participa do
303 diálogo também a conselheira Jaqueline Fernanda Machado, lembrando que quando se
304 pensa no Centro Dia ou na Política Nacional de Cuidados, não deve ficar esquecido que
305 essas demandas não são de responsabilidade única da Assistência Social, sendo essa
306 política sido instituída recentemente, e sugere que todos se apropriem do assunto e
307 informa haver dois cursos disponíveis na plataforma de cursos do Governo Federal. Ainda
308 dentro desse tema, a Diretora da Proteção Social de Média Complexidade da SMAS,
309 Tatiana Stahl informa aos presentes que em relação ao programa Paraná Amigo da
310 Pessoa Idosa foi criado o Núcleo Municipal de Cuidados (NUMUC), o qual é intersetorial e,
311 se referindo à Bolsa Cuidador Familiar, ela informa que todos os municípios que aderiram
312 ao programa tem uma meta de até quinze vagas, sendo que no município de Toledo já
313 está sendo possível fazer alguns desligamentos e novas inserções, estando doze vagas
314 ativas e três vagas em processo de inserção. Tatiana informa ainda que já está em
315 elaboração uma cartilha municipal de atendimento a situações de violência contra a

316 pessoa idosa envolvendo profissionais da Secretaria da Saúde, Secretaria de Assistência
317 Social com apoio do Ministério Público. Ultimando sua apresentação, a Diretora Rachel
318 traz aos presentes os números de atendimentos na Secretaria Municipal de Assistência
319 Social do 1º quadrimestre de 2026, se referindo aos atendimentos na Secretaria de
320 Assistência Social que faz atendimentos por demanda espontânea ou por agendamentos
321 para atualizações de Cadastro Único que o Departamento da Vigilância Socioassistencial
322 identifica a necessidade, também atendimentos e encaminhamentos de BPC pela Central
323 do BPC já identificados pela Rede, além da equipe de Apoio à Patrulha Maria da Penha
324 para atendimentos a mulheres vítimas de violência, sendo que cada uma dessas unidades
325 fazem os seus registros separadamente. Falando dos números especificamente, a SMAS
326 fez 37 atendimentos em janeiro; 387 em fevereiro, 1.196 em março e 321 em abril, num
327 total de 1.941 atendimentos, destacando que no mês de fevereiro e março foram
328 realizadas as entregas do Cartão Comida Boa. Quanto aos números da Central BPC,
329 foram 70 atendimentos em janeiro, 36 em fevereiro, 79 em março e 53 em abril,
330 totalizando 238 atendimentos, podendo ser de acompanhamentos novos ou de
331 acompanhamento do processo. Pela equipe de Apoio à Patrulha Maria da Penha foram 51
332 atendimentos em janeiro, 125 em fevereiro, 71 em março e 114 em abril, num total de 361
333 atendimentos, havendo o registro de demanda reprimida, embora o tempo de espera seja
334 curto. Os números da demanda reprimida foram os seguintes: 20 em janeiro, 12 em
335 fevereiro, 16 em março e 24 em abril. Com referência ao serviço de Apoio à Patrulha
336 Maria da Penha, a Diretora Rachel informa que essa equipe ainda não está atendendo
337 exclusivamente às mulheres em situação de violência, dando apoio também para as
338 equipes de acolhimento das casas abrigo. Pedindo um aparte a Diretora Tatiana Stahl
339 ressalta o papel importante dessa equipe de apoio visto que até meados de 2024 essa
340 equipe era compartilhada com a Residência Inclusiva e o atendimento para a equipe de
341 Apoio à Patrulha Maria da Penha era realizado em dois dias apenas e hoje, embora ainda
342 seja equipe de apoio do acolhimento houve uma sensível redução na demanda reprimida
343 com um aumento no número de atendimentos, também devido um trabalho articulado com
344 as equipes dos CREAS. Contribuindo com o assunto, a conselheira e também servidora
345 no CREAS II Jaqueline Fernanda Machado considera importante informar a todos qual é a
346 sistemática adotada para atendimento às mulheres em situação de violência, e lembra de
347 uma resolução do Conselho Nacional de Justiça de 2016 que determina que todas as
348 mulheres que possuem medida protetiva de urgência aplicada sejam encaminhadas para
349 a política de assistência social, estando prevista pela lei municipal de criação da Patrulha
350 Maria da Penha essa equipe de apoio, sendo que essa equipe cumpre duas funções que

351 são: dar suporte para a Equipe Maria da Penha nas demandas dos casos que já estão
352 sendo acompanhados e atender as mulheres que são encaminhadas pelo Poder Judiciário
353 para identificação se é uma demanda para encaminhamento pelos CREAS ou se é uma
354 demanda pontual, respeitando sempre a vontade da mulher, uma vez que muitas mulheres
355 acabam não aceitando o acompanhamento naquele momento. Jaqueline ressalta que
356 embora a demanda seja grande, o fluxo é rápido, sendo a demanda da Patrulha Maria da
357 Penha maior que a demanda dos CREAS uma vez o encaminhamento é via Poder
358 Judiciário conforme as medidas protetivas são aplicadas, havendo atualmente cerca de
359 1.200 mulheres com medidas aplicadas em acompanhamento pela Patrulha Maria da
360 Penha. Concluída apresentação do Relatório, Rachel informa que havendo sugestões de
361 acréscimo ou exclusão de tópicos no formato do relatório como ora apresentado será
362 necessário deliberar por nova resolução e que revogue a resolução citada no início de sua
363 fala, que norteia o atual formato. Com a palavra a conselheira Esther parabeniza o
364 trabalho do Departamento de Vigilância Socioassistencial da SMAS em trazer esses
365 números, e considera fundamental este Conselho ter conhecimento dessas informações
366 que servem como registro para recuperar uma série histórica e demonstrar os avanços da
367 assistência social no município. A Diretora Cínthia Regina Brun também ressalta que a
368 assistência social só está no atual patamar em razão também do acompanhamento
369 desses números também por este Conselho, que a três ou quatro anos atrás teve papel
370 fundamental na conquista de contratação de mais equipes de forma a não haver mais
371 demanda reprimida para atendimento às famílias pelos CREAS. Também a Diretora
372 Tatiana Stahl faz questão de exaltar a abertura das equipes dos CREAS desde o início de
373 2025, participando de grupos e ações externas, o que é uma das atribuições dos CREAS
374 de estar na comunidade, de forma a prevenir situações de violência e a garantia de
375 direitos. Agradecendo a apresentação, a Presidente Thaís coloca em votação o Relatório
376 Quadrimestral de Atendimentos referente ao 1º Quadrimestre de 2026, sendo aprovado
377 pelos presentes. Dando sequência ao **Item C da pauta – Relatos e Deliberações das**
378 **Comissões de Trabalho do CMAS:** A Presidente da Comissão Técnica, Jaqueline
379 Fernanda Machado informa que a comissão se reuniu para elaboração de um ofício em
380 resposta ao Poder Judiciário que questionou sobre o processo de habilitação para
381 inscrição junto ao CMAS da Fundação Waldyr Luiz Becker, considerando que na análise
382 da comissão técnica da gestão anterior o pedido já foi indeferido. Colaborando com a
383 informação a também integrante da comissão e conselheira Rachel Lucia Hech informa
384 que no ofício resposta ao MP foram prestadas as informações em relação à inscrição de
385 entidades junto ao CMAS. Rachel informa que no mesmo dia dessa reunião foi recebido

386 um ofício da mesma Fundação Waldyr Luiz Becker solicitando informações referentes aos
387 motivos do indeferimento, tendo prestado as informações apontadas no ofício do CMAS.
388 Para esse ofício a Comissão Técnica ainda se reunirá para elaborar a resposta. A
389 conselheira Jaqueline informa que, se for de interesse dos conselheiros, a comissão
390 poderá trazer mais informações na próxima reunião, porém na análise da comissão
391 anterior e também pela análise da comissão técnica desta gestão, o que aquela entidade
392 oferta de serviços não é política de assistência social e apesar do esforço de adequação
393 há ainda muitos critérios básicos que precisam ser cumpridos e cita como exemplo a
394 necessidade da entidade ter uma equipe técnica, apresentar um plano de
395 acompanhamento e projetos de serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, que
396 foi como a entidade buscou a inscrição, o que não se comprovou pelo relatório
397 apresentado. Jaqueline também informa que na próxima reunião da comissão além da
398 resposta para a entidade, será feita a divisão de todos os pedidos de renovação de
399 inscrição protocolados até 15 de março de 2026. Pela Comissão de fiscalização a
400 conselheira Maria Inês Mânica informa que já está agendada visita à entidade GERAR –
401 Geração de Emprego e Renda, Renda e Apoio ao Desenvolvimento Regional que ela
402 juntamente com os conselheiros Denis Junior Bell'Aver_e Sônia Félix farão no próximo dia
403 10 de junho de 2026. Pedindo um aparte a conselheira Rachel Lucia Hech acha
404 importante citar que a Comissão Técnica, além do que já foi mencionado, também
405 finalizou a análise da documentação e o atendimento das pendências apontadas em ofício
406 para a entidade GERAR, tendo liberado esse processo para a etapa de visita pela
407 Comissão de Fiscalização. Também a entidade Cáritas, que também teve uma análise
408 inicial pela Comissão Técnica da gestão anterior, para a qual também houve envio de
409 ofício com apontamentos a serem sanados, o qual foi respondido, porém sem esclarecer
410 em que ano os usuários foram atendidos, o que está demandando novo ofício a ser
411 encaminhados à Cáritas. Pela Comissão de Orçamento a conselheira Esther Luiza de
412 Souza Lemos informa não ter havida reunião da atual comissão, sendo que geralmente as
413 reuniões são por demanda do Diretor do Departamento de Gestão Financeira e
414 Orçamentária do SUAS, Jean Michell Fagundes Bispo, para apresentação e
415 esclarecimentos pela Comissão em relação aos Relatórios, que ele apresenta
416 posteriormente nas reuniões deste Conselho, desde que conte com o parecer favorável da
417 comissão. Pela Comissão de Acompanhamento da Deliberações da Conferência Municipal
418 de Assistência Social a conselheira Rachel Lucia Hech informa que ainda não chamou as
419 demais membros para uma reunião. Dando sequência à pauta, a Presidente Thais abre
420 espaço para o **Item D da pauta - Deliberar sobre novas indicações de representantes**

do CMAS para comissões e representações externas: **COMSEA – Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional; NEP/SUAS – Núcleo de Educação Permanente; Comissão Intersetorial de Convivência Familiar e Comunitária do CMDCA; Comissão de Benefícios Eventuais; Bolsa Agente de Cidadania:** Pedindo a palavra a conselheira Rachel informa que para a Comissão Bolsa Agente de Cidadania não é mais necessário a indicação de representante do CMAS, uma vez que desde o ano 2025 essa comissão foi extinta, visto que o Estado definiu outra forma de pagamento para a bolsa Agente de Cidadania, não havendo mais a necessidade de assinatura tanto do CMAS como do Fundo Municipal de Assistência Social. Com a palavra a Secretária Executiva Ana Maria Krolow esclarece aos presentes que com exceção da conselheira Esther que aparece como representante suplente junto ao NEP/SUAS, as demais indicações são de membros que atualmente não integram a atual gestão deste Conselho. De pronto, a conselheira Martha Regina Rohr se disponibiliza para ser a representante titular do CMAS junto à Comissão de Benefícios Eventuais, não havendo necessidade de indicação de suplente. Visando esclarecer para os novos componentes, são prestadas algumas informações acerca de algumas das comissões, sendo que pelo NEP/SUAS a Diretora de Gestão do SUAS, Cínthia Regina Brun, esclarece que é um núcleo de educação permanente que tem por objetivo refletir sobre as ações da educação permanente do município, que ela própria é a representante da Secretaria de Assistência Social, sendo esse núcleo responsável pela organização das capacitações, inclusive neste momento está sendo organizada uma capacitação para este Conselho. Cínthia informa que há um Plano de Educação Permanente recentemente elaborado e que não há reuniões regulares, havendo a convocação quando necessário. O NEP/SUAS é composto por um representante do Departamento de Gestão, um representante da Proteção Social Básica, um representante da Proteção Social de Média Complexidade e um representante da Proteção Social Especial da Alta Complexidade. Feito o esclarecimento e após diálogo entre os conselheiros presentes, ficam definidas as indicações para o NEP/SUAS – Núcleo de Educação Permanente: Titular: Livia Maria Lima de Jesus; Suplente: Esther Luiza de Souza Lemos: Com relação ao COMSEA, a conselheira Martha Regina Rohr informa ser representante pela SMAS naquele Conselho, no qual são realizadas reuniões mensais tendo por local a Cozinha Social, sendo uma demanda atual a revisão do Plano de Segurança Alimentar do Município. Após novo diálogo são indicadas para o COMSEA – Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional: Titular: Adélia Rodrigues de Souza; Suplente: Franciele de Souza. Para falar um pouco sobre a Comissão Intersetorial de Convivência Familiar e Comunitária do CMDCA a Diretora Cínthia informa que essa

456 comissão trabalha basicamente na construção do Plano Municipal de Convivência Familiar
457 e Comunitária, que é intersetorial, e tem por objetivo construir estratégias para prevenir um
458 acolhimento ou facilitar os acessos à convivência familiar e comunitária. Aberto espaço
459 para discussão entre os membros, ficam definidos para a Comissão Intersetorial de
460 Convivência Familiar e Comunitária do CMDCA: Titular: Denis Junior Bell'Aver; Suplente:
461 Sônia Félix. Dando continuidade à pauta, a Presidente Thais informa que foi comunicada
462 que a Secretária da SMAS, Simone Beatriz Ferrari não conseguiu chegar a tempo, o ponto
463 "e" da pauta que seria a apresentação de Relatório de Ações realizadas pela Secretaria
464 Municipal de Assistência Social ficará para a próxima reunião. Passando aos **Informes**, e
465 não havendo relatos da SMAS, nem relatos das comissões externas e representações, a
466 Secretária do CMAS passa a relatar os as correspondências expedidas e recebidas:
467 **Correspondências Recebidas**: Inicialmente Ana Maria informa o recebimento da Ata do
468 Sindicato SerToledo relativa à eleição dos representantes do segmento Trabalhadores do
469 SUAS para composição do CMAS; Ofício nº 10/2026 datado de 07/05/2026 e recebido em
470 14/05/2026 da Fundação Waldyr Luiz Becker, já citado no relato da Comissão Técnica;
471 Ofício nº 126/2026 da 4ª Promotoria de Justiça que solicitou informações sobre o processo
472 de pedido de inscrição no CMAS pela Fundação Waldyr Luiz Becker. Também foram
473 recebidos, por cópia, para conhecimento deste Conselho, cinco ofícios emitidos pela
474 SMAS e direcionados para o Coordenador Geral de Transferências Voluntárias do Fundo
475 Nacional de Assistência Social do MDS, sobre esclarecimentos quanto às programações
476 das emendas parlamentares do ano anterior e que foram aprovadas pelo CMAS, pelo que
477 a Diretora de Gestão do SUAS explica ser uma solicitação anual de praxe, devendo a
478 gestão informar em que estágio se encontra, sendo que os recursos relativos às emendas
479 do ano de 2025 estão nas contas das entidades, e em execução. Embora não seja ponto
480 de pauta, que poderá ser trazido em uma próxima reunião, a conselheira Maria Inês
481 Mânica, enquanto cidadã, indaga a Diretora Cínthia sobre quais são os critérios para a
482 indicação para o recebimento de recursos via emendas parlamentares pelas entidades, ao
483 que Cínthia informa que atualmente, por regra, as entidades precisam estar inscritas no
484 CMAS e, considerando que há um aumento no número de emendas parlamentares,
485 percebe-se um interesse maior das entidades ainda não inscritas em protocolar seus
486 pedidos de inscrição neste Conselho, Cínthia informa também que há critérios a serem
487 atendidos pelas entidades para estarem aptas a indicação de uma emenda parlamentar,
488 sendo: ser inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social, executar serviço
489 nacionalmente tipificado que seja de assistência social com base nas regulamentações da
490 política de assistência social e estar inscritas no Cadastro Nacional das Entidades de

491 Assistência Social – CNEAS. Quanto a definição pelo parlamentar sobre a entidade
492 escolhida Cíntia declara não ter conhecimento, visto que a gestão recebe a informação
493 com a informação do valor e entidade beneficiada, sendo que a maioria das emendas são
494 para entidades não governamentais. Contribuindo com o tema, a conselheira Esther Luiza
495 de Souza Lemos recorda que anteriormente a base dos financiamentos eram as emendas
496 parlamentares, tendo havido um avanço em relação a publicização e no controle social
497 desses recursos, fazendo que os recursos viessem de fundo a fundo, no entanto, há
498 alguns anos essa prática se alterou, sendo as emendas parlamentares a forma para
499 captação de recursos, tanto no âmbito governamental como não governamental, sem
500 critérios claros. Esther expõe seu entendimento que se deve defender que haja um
501 orçamento fixo e vinculado para o Fundo de Assistência Social que neste ano, pela
502 primeira vez, tem a definição por lei da destinação de 1% do orçamento destinado para a
503 Assistência Social, uma luta que vem desde a primeira conferência de assistência social
504 de 1995. Esther continua dizendo que fora esse 1% do orçamento, fica-se na dependência
505 da gestão político/partidária e de acesso aos deputados para a obtenção de recursos
506 através de emendas, o que ocorre a nível nacional. Nesse ponto a Diretora Cíntia
507 considera importante dar conhecimento a todos que esta prática das emendas é
508 legitimada a nível federal e no âmbito do SUAS está regulamentada desde dezembro de
509 2020, o que permite que o orçamento do SUAS pode ser destinado para emenda
510 parlamentar embora o desejável é que os recursos venham através do cofinanciamento
511 contínuo. Em razão disso é possível acompanhar pelos relatórios quadrimestrais que o
512 Departamento de Gestão Financeira e Orçamentária do SUAS apresenta para este
513 Conselho que é possível observar que desde 2020, conforme aumenta o financiamento
514 através de emendas, diminui o cofinanciamento regular mês a mês. Num aparte, a
515 conselheira Esther destaca a importância de todos os conselheiros ter esse
516 esclarecimentos, visto que para que os recursos via emenda parlamentar sejam
517 repassados, este Conselho como órgão de controle social precisa dar o seu parecer
518 favorável, garantindo que esses recursos não estão sendo desviados e sim aplicados,
519 mesmo que venham com uma indicação de sua aplicação, sendo que o ideal é que os
520 recursos pudessem vir para o Fundo Municipal e o Conselho tenha autonomia de indicar a
521 destinação como política pública municipal nas áreas onde há maior necessidade.
522 Concordando com o posicionamento da conselheira Esther, a Diretora Cíntia cita que de
523 todas as emendas recebidas pelo município de Toledo, nenhuma delas teve como objeto a
524 construção, sendo apenas para custeio. Como exemplo ela menciona a antiga sede da
525 Secretaria de Assistência Social que está interditada, o CRAS Panorama que está usando

526 parte da estrutura da Unidade Social São Francisco, limitando a possibilidade atendimento
527 daquela unidade, o CRAS Pioneiro que divide a estrutura física do NACA, sendo que
528 atualmente a necessidade real de recursos é para construção e investimento em
529 equipamentos. Retomando os relatórios sobre correspondências, a Secretária Ana Maria
530 informa que como **Correspondências Expedidas** foi apenas o Ofício nº 022/2026-CMAS
531 datado de 14/05/2026 endereçado à 4ª Promotoria de Justiça respondendo ao Ofício nº
532 126/2026-4PJ com esclarecimentos relativos a pedidos de inclusão de entidades no
533 CMAS, bem como no que se refere à Fundação Waldyr Luiz Becker. Como **Outros**
534 **Informes** a conselheira Jaqueline Machado comenta que conforme a Diretora Tatiana
535 Stahl informou, nas ações dos CREAS na organização de grupos e de trabalho preventivo,
536 foram iniciados dois projetos no PAEFI Mulheres e LGBTQIA+ no CREAS II, sendo um
537 deles o Projeto Aurora, que é um grupo reflexivo sobre gênero e violência, um trabalho
538 voltado para as mulheres em situação de violência que sejam atendidas pelos serviços e
539 também para a comunidade em geral. O outro projeto é denominado “Ninguém Vai nos
540 Dizer como Amar”, que é voltado para as universidades, para os cursos de Psicologia e
541 Serviço Social sobre o tema de enfrentamento do tema LGBTfobia, acessos aos serviços
542 e demais demandas, ficando aberto também para quem tiver interesse. Também como
543 Outros Informes, a conselheira Rachel Lúcia Hech lembra a todos que no dia 17 de junho
544 de 2026 acontecerá a 10ª Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
545 que será na Unioeste. Nada mais havendo, encerra-se a presente reunião às 10h30m. e
546 eu, Ana Maria Krolow, Secretária Executiva do CMAS, encerro a presente ata, a qual será
547 encaminhada para leitura pelos/as conselheiros/as para eventuais alterações, que na
548 próxima reunião ordinária será assinada por mim e pelos demais presentes.